

**ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA
FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

WANEISSA SOUSA MORAIS ANDRADE

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E
ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Aparecida de Goiânia
2018/2

WANEISSA SOUSA MORAIS ANDRADE

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Artigo Científico apresentado à Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob a orientação da professora Ma. Nilvânia Damas Silva Lima.

Aparecida de Goiânia
2018/2

TERMO DE APROVAÇÃO

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

WANESSA SOUSA MORAIS ANDRADE

Este Artigo Científico foi apresentado no dia __/__/__ como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, tendo sido avaliado e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Ma. Nilvânia Damas Silva Lima
Orientador (a) – FANAP

Prof. Me. Clayton Roberto
Leitor (a) – FANAP

Prof. Me. Israel Serique
Leitor (a) – FANAP

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Wanessa Sousa Morais Andrade¹

Nilvânia Damas Silva LIMA²

RESUMO: Alfabetizar no tempo certo e de forma adequada tem sido objeto de preocupação de diversos estudiosos. Entretanto, apesar dos muitos métodos desenvolvidos e aplicados em sala de aula, várias crianças têm concluído os anos iniciais do ensino fundamental sem terem sido alfabetizadas apropriadamente. Para compreender por que isso acontece, esta pesquisa fundamentou-se nas teorias sobre alfabetização e letramento de estudiosos reconhecidos no cenário nacional, como Magda Soares (2008, 2003), Rojo (2006), Cagliari (2010), entre outros. Sendo assim, objetivou-se identificar e analisar as dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita apresentadas por alunos das séries iniciais do ensino fundamental, a fim de compreender os fatores que interferem no processo de aquisição da língua escrita nessa etapa de aprendizagem escolar. Para tanto, realizou-se um breve estudo de caso em uma escola municipal da cidade de Aparecida de Goiânia-GO, com uma turma de 30 alunos do 2º ano e a professora. Os dados foram coletados entre os meses de agosto e setembro de 2018 por meio da análise do projeto político pedagógico da escola, duas atividades aplicadas aos alunos e um questionário respondido pela professora. Esses dados foram tratados qualitativa e quantitativamente e apontaram que a maioria das crianças ainda não está alfabetizada, e, portanto, elas apresentam sérias dificuldades de leitura e escrita. Essas dificuldades são de natureza social e/ou psicológica, fazendo com que as crianças se mostrem dispersas, agitadas, sem concentração e, muitas vezes, desinteressadas em frequentar o ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Letramento. Dificuldades de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Dentre os problemas existentes no ambiente escolar estão presentes as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. O interesse por esse tema surgiu durante a realização do estágio supervisionado em que se percebeu que um dos grandes desafios da educação é superar ou amenizar tais dificuldades.

A aquisição da leitura e da escrita é um fator importante para o desenvolvimento do ser humano. Durante o processo de aprendizagem das crianças, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, quando a criança inicia a sua vida no ambiente escolar, percebe-se que muitas delas apresentam dificuldades em fazer a correspondência entre as letras e os sons, apresentando muita dificuldade ao ler e escrever. Ao perceber essa dificuldade o professor deve dedicar atenção especial a essas crianças e saber lidar com elas.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

² Professora-orientadora. Mestre em Letras e Linguística. Graduada em Letras Português-Inglês. Professora da FANAP.

Para ajudar as crianças a superarem as dificuldades de ler e escrever, o educador precisa saber como o processo de aprendizagem da leitura e da escrita ocorre. Além disso, deve levar em consideração que cada criança aprende de maneira diferente e não há como exigir de todas as crianças o mesmo desenvolvimento. Por isso, faz-se necessário elaborar atividades que atendam às necessidades dos alunos com dificuldades.

Desde maio de 2018, tenho auxiliado a professora da turma pesquisada uma vez por semana, acompanhando as crianças que possuem dificuldades para realizar as atividades. Porém, somente a partir do mês de agosto, quando decidi fazer minha pesquisa na turma, foi que passei a me atentar mais para as dificuldades de leitura e escrita enfrentadas pelas crianças que, embora sejam consideradas normais, não conseguem aprender satisfatoriamente.

Essa pesquisa, então, teve como objetivo principal identificar e analisar as dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita apresentadas pelos alunos de uma turma de 2º ano do ensino fundamental, no intuito de compreender os fatores que interferem no processo de aprendizagem desses indivíduos. Também se pretendeu, ainda que indiretamente, contribuir com o trabalho da professora na solução ou minimização dessas dificuldades.

É preciso lembrar que as dificuldades aqui abordadas têm a ver com os problemas apresentados pelos alunos com desenvolvimento cognitivo tido como normal ao não conseguirem estabelecer a relação entre fonema e grafema adequadamente e no tempo esperado pelos órgãos governamentais de educação e pela escola.

Para tanto, a pesquisa se configurou como um estudo de caso (YIN, 2010), cujos dados foram coletados entre os meses de agosto e setembro de 2018 por meio da análise do projeto político pedagógico, de duas atividades aplicadas aos alunos e um questionário respondido pela professora, tendo sido tratados qualitativa e quantitativamente.

A turma enfocada pertence a uma escola municipal da periferia de Aparecida de Goiânia, cidade da região metropolitana da capital do Estado de Goiás, Goiânia, que atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e tem pouco mais de 600 alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino.

Este artigo está dividido nesta introdução e mais quatro seções. Na primeira, apresentam-se as teorias que embasam a pesquisa. Em seguida, descreve-se a metodologia empregada. Já terceira, o enfoque recai sobre os resultados. Por último, apresentam-se as considerações finais.

1. Fundamentação teórica

1.1 Alfabetização no contexto nacional

Alfabetização, em seu sentido comum, é o processo de ensinar a ler e escrever. Nele, a criança aprende o alfabeto para conhecer a relação entre o fonema e o grafema. Esse processo deve ocorrer de forma natural, portanto espera-se que as crianças aprendam a partir de seus conhecimentos prévios e não de forma mecânica.

Para Tfouni (1995, p. 9), alfabetização se refere à “aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem”, que ficam a cargo da escola. As ideias dessa autora se assemelham as de Soares (2008, p. 15), para quem a alfabetização consiste no “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita”.

De acordo com Soares (2004), o processo de aprendizagem da leitura e da escrita deve ocorrer de duas maneiras: de forma técnica e através dos usos sociais. A autora ressalta, porém, que ambas devem se relacionar. A primeira ocorre quando a criança aprende os sons das letras (fonemas) e os transforma em grafemas (alfabetização). A segunda se dá na aprendizagem de que a língua é usada no mundo social com diferentes objetivos. Porém, essa aprendizagem só terá sentido se estabelecer uma ligação entre alfabetização e o uso da escrita nas práticas sociais (letramento).

Aprender a ler e escrever vai além de adquirir um instrumento de comunicação, pois, por meio dessa aquisição, o indivíduo forma-se como cidadão. Além disso, aquisição dessas habilidades é algo desejado por educadores, pela família da criança, e até mesmo pela própria criança. Sendo assim, faz-se necessário pensar em condições que favoreçam a aprendizagem da leitura e da escrita.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996, p. 11), em seu artigo 32, assegura que o ensino fundamental “terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de

aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.”

O processo de alfabetização vem sofrendo algumas mudanças ao longo dos anos, buscando-se criar um caminho para alcançar novos rumos. Por isso, vários métodos já foram utilizados desde que a educação escolar formal teve início.

Um dos primeiros métodos sintéticos utilizados pelos educadores foi proposto por meio das cartilhas, o famoso “Babebibobu”. Nesse método, primeiramente, ensinam-se as unidades menores (letras) e, depois, as unidades maiores (palavras, frases e textos), iniciando com as vogais. Então, apresentam-se as letras do alfabeto para formar sílabas, partindo das mais simples para as mais complexas. Era algo extremamente cansativo, visto que visava uma ortografia perfeita e a criança apenas decorava o conteúdo repetido por várias vezes. Nesse método, o papel do professor é de apenas transmitir os conteúdos e o da criança, de recebê-los, apenas, caracterizando o que Paulo Freire chamou de “educação bancária”.

Na década de 1980, abandonou-se o método sintético que era apresentado por meio do “Babebibobu” e passou-se a utilizar uma nova teoria para a aprendizagem da leitura e da escrita, o construtivista, que pode ser compreendido por meio dos estudos de Piaget, segundo o qual o indivíduo aprende a partir de seus conhecimentos anteriores. Então, durante o processo de alfabetização, o professor deve ser um mediador, possibilitando que a criança tenha uma participação ativa na construção de seus próprios conhecimentos. O construtivismo, era trabalhado a partir de um método analítico, onde as crianças são capazes de compreender o sentido do texto, o aluno é incentivado a aprender.

Para que a alfabetização aconteça de forma produtiva, Cagliari (2010) destaca a necessidade de o professor utilizar métodos compatíveis com a realidade da escola e da turma em que atua, inclusive o construtivista, procurando evitar os repetitivos, como o método tradicional das cartilhas. Nesse sentido, o professor deve valorizar os conhecimentos que o aluno traz consigo e proporcionar meios para construírem novos conhecimentos.

Mais tarde, foi proposto que o processo de alfabetização partisse de uma teoria na qual o processo de aprendizagem da leitura e da escrita fosse estabelecido através da interação com o outro. Passaram a alfabetizar a partir de uma fundamentação baseada no sociointeracionismo, apoiado nas concepções de

Vygotsky. Nessa abordagem devem ser trabalhadas atividades significativas e desafiadoras para a criança buscar novos conhecimentos. Essas atividades não se limitam apenas aos conhecimentos prévios das crianças e o professor tem de ser um agente ativo no processo de ensino, agindo como mediador de modo a favorecer a aquisição de novos conhecimentos e ampliação do universo do sujeito-aluno.

Independentemente do método utilizado, muitos dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental têm enfrentado dificuldades diversas durante o processo de alfabetização. Diante dessas dificuldades, percebe-se a necessidade de se criarem práticas pedagógicas capazes de diminuir ou erradicar o fracasso escolar nos primeiros anos de escola. Assim, seria possível realizar o que preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa:

a língua é fundamental para a participação social efetiva do indivíduo. (...) por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, p. 15).

Tendo como base esse direito e a necessidade de tornar o ensino brasileiro mais efetivo, incluindo-se aí o período de alfabetização, criou-se a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento norteador será implantado nas escolas a partir de 2019 e servirá como suporte à equipe escolar para que ela se adeque às novas normas estabelecidas para o ensino básico. Para os anos iniciais do ensino fundamental, a nova BNCC estabelece a elaboração de um currículo que promova o desenvolvimento do aluno a partir das experiências vividas na educação infantil. Destaca a importância da ludicidade durante o processo de aprendizagem. Desse modo, nos anos iniciais do ensino fundamental, é importante planejar atividades lúdicas para serem desenvolvidas cotidianamente, de maneira que as crianças possam ser capazes de articular as experiências vividas e construir novos conhecimentos, novas maneiras de interpretar o mundo.

A nova BNCC destaca também a importância das relações sociais, culturais, familiares e tecnológicas para o desenvolvimento da criança e estabelece que a alfabetização deverá ocorrer no início do ensino fundamental, se estendendo no máximo até o terceiro ano. Porém, não é isso que tem acontecido, como atestam os testes nacionais como o Prova Brasil e os internacionais como o Pisa.

Segundo Ferreiro (1996, p. 24), “o desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”. Então, fica claro que o processo de alfabetização deve permitir que a criança tenha acesso a conhecimentos e valores que a torne capaz de interagir no ambiente social no qual está inserida, desenvolvendo-se cada vez mais.

Como a utilização dos métodos de ensino apresentados anteriormente e de outros tantos não mencionados aqui não tem surtido o efeito desejado, estudiosos, como Magda Soares e Roxane Rojo, têm advogado em favor da associação da tradicional alfabetização com eventos de letramento a fim de promover a plena alfabetização das crianças ao final do 3º ano do ensino fundamental.

1.2 Letramento e práticas de letramento

O letramento é um termo novo que se relaciona, conforme aponta Silva (2011, p. 21), à “formação de cidadãos *funcionalmente letrados*, capazes de utilizar a língua escrita para sua necessidade individual do ponto de vista cognitivo e atendendo a demanda social da sociedade que prestigia a língua padrão.” Sendo assim, para que o indivíduo se torne letrado no mundo escolar, é necessário que a escola adote práticas de leitura de diferentes gêneros textuais, pois assim ele saberá utilizá-los em diferentes situações do cotidiano.

Rojo (2010) aponta que uma pessoa pode não ser alfabetizada e conhecer as funções de determinados gêneros textuais, como é o caso de analfabetos que pegam ônibus, fazem transações bancárias em caixas eletrônicos ou compras em supermercados e feiras, tendo por base apenas a própria vivência. Agindo assim, eles estão exercendo práticas de letramento, mesmo não sendo alfabetizados.

Entretanto, conforme essa mesma autora ressalta, pessoas analfabetas não conseguem participar de práticas de letramento das esferas valorizadas, como a escolar, a jornalística impressa, a literária, entre outras, pois eles não são capazes de ler e compreender o que leem adequadamente. Desse modo, a escola precisa se tornar o agente promotor de eventos de letramento para dar oportunidades aos alunos de conhecerem as mais diferentes práticas de letramento valorizadas ou não.

Práticas de letramento, segundo Rojo (2010, p. 26), são “os modos culturais de se utilizar a linguagem escrita com que as pessoas lidam em suas vidas cotidianas.”

Qualquer atividade que envolva a língua escrita em busca de algum objetivo, é considerada como prática de letramento. Por exemplo, podem-se citar o uso do caixa eletrônico para retirada de dinheiro do banco, leitura dos talões de água ou energia para saber o valor a ser pago por esses serviços, escrever cartas ou e-mails, entre outros.

Para Ferreiro (2004), o letramento é um conjunto de atividades que levam o indivíduo a desenvolver a escrita e ampliar seus conhecimentos e suas habilidades na leitura. Mas, nos anos iniciais do ensino fundamental, deve ser interligado à alfabetização, para que as crianças desenvolvam habilidades de leitura e escrita compatíveis com nível de letramento que devem ter ao final dos três primeiros anos do ensino fundamental.

Quando as práticas de letramento acontecem fora do ambiente escolar ela tem um objetivo social diferente de quando ocorrem dentro do ambiente escolar. Essa diferença afeta diretamente no modo como a língua escrita será usada, tornando-se uma barreira para alguns indivíduos, acarretando dificuldades de aprendizagem.

Com o intuito de extinguir ou minimizar a níveis baixíssimos as dificuldades de aprendizagem é que a escola precisa pensar em diferentes práticas de ensino. Se antigamente a criança para ser considerada alfabetizada necessitava somente saber o código; nos dias atuais, é preciso ir muito mais além, pois ela deve também saber utilizá-lo nas mais variadas situações sociais.

Segundo Soares (2005), para que o processo de aquisição da língua escrita seja completo e adequado, faz-se necessário realizar o “letramento da letra” (alfabetização nos moldes tradicionais, por assim dizer) e o letramento dos usos sociais da língua (letramento em si). Esse “alfaletamento” pode auxiliar na formação completa da criança e facilitar o processo de aquisição da leitura e da escrita. Para isso, é necessário que o educador atente para a realidade individual de cada aluno, identifique em que nível de desenvolvimento da escrita a criança se encontra, pois, assim será capaz de elaborar práticas de ensino adequadas ao grupo e ao indivíduo.

Conforme aponta Soares (2005), as crianças das camadas populares tendem a apresentar mais dificuldades de aprendizagem, quando comparadas às crianças das classes mais privilegiadas. Segundo Bourdieu (2001), estas possuem um capital cultural mais favorável e propício à aquisição da leitura e da escrita, visto que entram em contato com os mais diversos eventos de letramento desde a mais tenra infância,

inclusive com a literatura infantil. Para aquelas, na maioria das vezes, esse primeiro contato acontece somente quando iniciam sua vida escolar. Sendo assim, as escolas devem oportunizar às crianças o contato com o maior número possível de gêneros textuais.

Para Corrêa e Machado (2010), uma das formas de alfaletar as crianças é partindo da literatura infantil, mas, segundo eles, as práticas de leitura literária devem favorecer “a formação de um leitor autônomo, capaz de seguir seu caminho quando sair da escola” (CORRÊA; MACHADO, 2010, p. 126). Segundo os autores, o professor pode e deve realizar leituras agradáveis e prazerosas, além de realizar atividades que permitam às crianças aprofundarem seus conhecimentos.

Cagliari (2010) diz que o que tem sido considerado na sala de aula é o processo de ensino, então professores e escola acabam se esquecendo do processo de aprendizagem, não podem ajudá-la quando surgirem dificuldades.

A aprendizagem é um processo natural do indivíduo. Para a criança também. Ela aprende por si própria e o faz com facilidade, bastando que haja estímulos suficientes e adequados. Na escola, porém, dependendo da abordagem de ensino empregada, acabam surgindo dificuldades no decorrer do processo de aquisição da leitura e da escrita. Sendo assim, é importante iniciar a alfabetização a partir da realidade da criança, dando-lhe chances para aprender, respeitando sua origem cultural, seus valores e conhecimentos, a fim de que elas possam se tornar leitores e escritores proficientes e consigam fazer uso desses conhecimentos escolares na vida social.

Rojo (2006) destaca que devem ser explorados diversos textos para permitir o uso das práticas sociais. Os educadores devem partir de gêneros textuais com os quais as crianças já tiveram contato em seu dia a dia. Por exemplo, podem ser elaboradas atividades a partir do gênero textual receitas culinárias para extrair situações do cotidiano das crianças e promover o desenvolvimento da leitura e da escrita (Para exemplos mais detalhados, conferir ROJO, 2006 e 2010; CORRÊA, MACHADO, 2010).

Muitos estudiosos têm advogado em favor do uso de práticas de letramento como as descritas anteriormente, a fim de diminuir as dificuldades de aprendizagem elencadas na próxima seção.

1.3 Dificuldades no processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa

A aprendizagem é um processo natural para o ser humano, pois ele aprende o tempo todo, sozinho ou em interações sociais. No mundo escolar, a aprendizagem se dá em diferentes níveis e tempo para cada indivíduo, ou seja, uns aprendem mais e mais rápido do que outros.

Pereira (2010, p. 114) ressalta que “cada sujeito aprende a seu modo, do seu jeito, dentro de um ritmo e tempo próprios” e necessitam de intervenções internas e/ou externas que os motivem e estimulem.

Apesar das intervenções externas da escola, a aprendizagem não tem se dado no nível esperado quando se trata das séries iniciais do ensino fundamental. Muitos alunos têm apresentado dificuldades para aprender a ler e escrever devido a uma série de fatores. Isso fica evidente quando as crianças são avaliadas nos testes nacionais e internacionais. Sendo assim, é preciso que o processo de alfabetização seja analisado para se compreender os motivos que levam as crianças a apresentar dificuldades nos anos iniciais do ensino fundamental e, que perpetuam pelo resto de suas vidas escolares.

As dificuldades de aprendizagem referidas neste tópico estão relacionadas à insuficiência para assimilar a leitura e a escrita da língua portuguesa no caso de crianças sem qualquer transtorno de aprendizagem ou desordem neurológica. Portanto, as dificuldades aqui referidas são causadas por fatores externos, principalmente.

Fonseca (1995) aponta como causas para o aparecimento das dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental o contexto familiar e social, a personalidade do estudante enquanto sujeito aprendiz e a escola. Destacam-se também as questões sociais, problemas na proposta pedagógica, o nível socioeconômico, cultural e o currículo obsoleto.

Em contextos familiares conturbados, nos quais os pais, ou qualquer outro integrante do grupo familiar são dependentes de álcool e/ou drogas ou brigam constantemente as crianças tendem a apresentar dificuldades de aprendizagem, pois os comportamentos de seus responsáveis as afetam emocionalmente.

A própria personalidade da criança também contribui para seu (in) sucesso na escola, visto que determinará sua abertura a aprendizagem de um mundo novo. Há

crianças que apresentam dificuldades em seguir instruções; se recusam a seguir ordens e insistem em fazer as coisas à sua própria maneira; apresentam imaturidade social e, portanto, não agem conforme sua idade cronológica; são distraídas ou esquecem de fazer tarefas; interrompem a conversa ou mudam de assunto abruptamente; têm dificuldade de esperar a vez; entre outros aspectos.

Falhas no sistema educacional de ensino e as metodologias aplicadas equivocadamente acabam por contribuir para o surgimento de dificuldades de aprendizagem. Para evitá-las, devem ser utilizadas estratégias de ensino mais eficientes, com práticas que partam do mundo em que a criança está inserida, pois muitas metodologias não permitem o envolvimento da criança durante a realização das atividades, tornando o ambiente escolar desagradável.

Outro fator que interfere na capacidade da criança de aprender os conteúdos escolares é a fome. É fato que uma criança mal alimentada terá o desenvolvimento físico e o cognitivo afetados, acarretando, assim, o surgimento de dificuldades de aprendizagem.

Todos os fatores citados, além de muitos outros não mencionados aqui, prejudicam o desenvolvimento da criança, pois ela acaba sendo afetada psicológica e emocionalmente. Sendo assim, as dificuldades de aprendizagem devem ser detectadas logo nos primeiros anos do ensino fundamental e corrigidas o mais rápido possível para não afetar aprendizagens futuras.

Segundo Magda Soares, em <alfaaletrar.org.br>, uma das formas de resolver rapidamente as dificuldades de aprendizagem dos alunos é identificar a fase de desenvolvimento da escrita em que se encontram (Quadro 1).

Quadro 1 – Fases de compreensão do sistema de escrita alfabética da língua portuguesa

Fase pré-fonológica	Fase silábica	Consciência fonêmica
Icônica: a criança desenha a figura que representa a palavra.	Silábica sem valor sonoro: uso de uma letra para cada sílaba da palavra e percepção de que a escrita representa a fala.	Silábico-alfabética: percepção de que há sílabas formadas por mais de um som e uso de mais de uma letra para algumas sílabas orais.
Garatuja: tentativa de imitar a escrita, misturando letras com outros símbolos.	Silábica com valor sonoro: uso de uma letra correspondente a um dos fonemas da palavra.	Alfabética: percepção da correspondência entre som e letra.
Pré-silábica: conhecimento de algumas letras, mas ainda não há associação entre fala e escrita.		Ortográfica: aprendizagem da ortografia e ganho de fluência na língua escrita.

Fonte: Ferreira e Teberosky (1991)

Quando as crianças encontram dificuldades no processo de aprendizagem, elas tendem a demonstrar comportamentos não adequados, tais como ansiedade, agitação, desmotivação, falta de vontade de frequentar a escola, podendo até acarretar alguns transtornos emocionais. Por isso, o processo de aprendizagem da criança deve ser respeitado, não se deve forçá-la, pois cada criança possui um potencial para aprender.

Para Guerra (2000), as crianças com dificuldades de aprendizagem não são incapazes, apenas necessitam de maneiras diferentes para aprender. Sendo assim, as práticas aplicadas em sala de aula têm de ser ajustadas à realidade das crianças a fim de evitar que a criança se sinta desconfortável no ambiente escolar e venha a desmotivar-se para aprender e, até mesmo, perder o interesse pela escola, abandonando-a sem concluir pelo menos o ensino fundamental.

2. A pesquisa

O modelo de pesquisa utilizado neste trabalho é compatível com o estudo de caso, no sentido de que enfoca apenas uma turma de alunos de uma escola, observando-os em seu ambiente natural, descrevendo, explicando e avaliando-o (YIN, 2010).

Os dados obtidos por meio da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, duas atividades aplicadas aos alunos e um questionário respondido pela professora, foram tratados qualitativa e quantitativamente.

2.1 O contexto e os participantes

Esta pesquisa foi realizada em uma escola municipal da periferia de Aparecida de Goiânia, que atende o primeiro nível do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano. Em seu oitavo ano de funcionamento, estão matriculados 615 alunos, sendo 320 alunos no matutino e 294 alunos no vespertino. Há 10 turmas em cada período, com alunos de faixa etária de 6 a 14 anos. Essas crianças estudam em salas bem arejadas, cujas lousas são brancas. Além disso, podem desfrutar de uma área de convivência, biblioteca e sala de informativa. Também há um pátio com bebedouros, banheiros masculinos e femininos com capacidade para atender também crianças com necessidades especiais, além de quadra poliesportiva e parque infantil.

Os professores são todos graduados em pedagogia. Há ainda um professor de apoio e duas professoras que auxiliam em sala, sendo que cada uma atua em um turno, auxiliando no processo de alfabetização dos alunos dos 1º e 2º anos.

Este estudo foi realizado com a turma do 2º ano vespertino em que estão matriculados 30 alunos. Os alunos aqui observados não serão identificados, apenas farão parte da estatística apresentada nos resultados. As crianças têm entre 6 e 7 anos e a maioria mora nas proximidades da escola, sendo que apenas 6 crianças moram em bairros mais afastados, mas no mesmo município.

Em conversa informal com crianças, percebe-se que algumas vieram de outros estados e pertencem à classe econômica baixa. Também se identificou uma diversidade cultural marcada pela origem de cada uma. Dentre os alunos observados, apenas 14 vivem em famílias tradicionais. As demais moram somente ou com a mãe, ou com os avós, ou com a mãe e o padrasto. Uma das crianças, se encontra em situação crítica, pois o ambiente familiar em que vive apresenta sérios problemas, uma vez que o pai e o irmão mais velho estão presos e a mãe é alcoólatra, além disso ela está na fase das garatujas.

Outro fator observado foi a questão da alimentação. Muitas crianças já chegam à escola perguntando pelo lanche e, ao serem questionadas, dizem não ter almoçado antes de irem para a escola.

A professora da turma graduou-se em pedagogia em 2012 e especializou-se em psicopedagogia em 2013, sendo que ambos os cursos foram realizados em instituição de ensino privada. Há sete anos trabalha como professora, sendo quatro na escola pesquisada e três em escola da rede particular de ensino. Para preservar seu anonimato, ela será chamada de Maria. As transcrições de suas falas foram adequadas às normas da língua padrão, quando necessário.

2.2 Coleta e tratamento dos dados

A coleta de dados foi realizada entre os meses de agosto e setembro e se valeu da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a fim de verificar a correspondência entre o que está previsto no PPP e o que se faz em sala de aula. Também foram aplicadas duas atividades, envolvendo conteúdos de leitura e escrita, com o objetivo de verificar o desenvolvimento das crianças, além de a professora ter respondido a um questionário.

A primeira atividade (A1) foi realizada sem nenhuma intervenção por parte da professora ou da pesquisadora. Como muitos não conseguem ler o enunciado das questões, a pesquisadora apenas explicou brevemente o que os alunos deveriam fazer. Essa atividade impressa continha duas questões. Na primeira, as crianças deveriam escrever o nome de objetos e animais na frente da figura correspondente. Na segunda, elas deveriam completar frases com as palavras de um quadro. Cada frase tinha o desenho da figura correspondente à palavra que faltava.

Já na segunda atividade (A2), as crianças receberam a atividade A1 novamente, mas, dessa vez, foram colocadas em duplas e lhes foi entregue um jogo de quebra-cabeça e fichas com letras para auxiliá-las na realização da atividade. As peças do quebra-cabeça eram compostas por figuras que deviam ser associadas à escrita das palavras correspondentes. As fichas foram usadas para que as crianças formassem as palavras que deveriam escrever na atividade.

O questionário (Q) continha perguntas abordando os fatores que desencadeiam as dificuldades em aprender a ler e escrever apresentadas pelas crianças nos anos iniciais do ensino fundamental, como a professora costuma proceder ao identificar as dificuldades de leitura e escrita e qual sua opinião a respeito das atividades realizadas pela pesquisadora com a turma.

3. Resultados

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos por meio da análise do PPP da escola em comparação com as atividades realizadas pelos alunos durante a coleta de dados, bem como as concepções da professora presentes no questionário por ela respondido. Além disso, também se apresentarão as impressões da pesquisadora sobre o processo de ensino e aprendizagem que tomou lugar durante o período em que os dados foram coletados.

3.1 O PPP e o papel da família

O PPP da escola tem como objetivo principal trabalhar com o aluno de forma integral, respeitando a individualidade de cada um, bem como também suas características físicas e emocionais, as informações que tem de mundo. Visa-se, desse modo, à valorização dos conhecimentos prévios que cada indivíduo traz consigo para que possam, com o auxílio dos professores e da escola, construir novos conhecimentos.

Segundo o PPP, a escola deve trabalhar juntamente com a família para que o processo de ensino e aprendizagem flua de forma positiva e alcance bons resultados no desenvolvimento educacional da criança. Porém, em conversa informal com a professora, percebe-se que a participação da família não acontece como se espera. Segundo ela relata, muitas vezes, as dificuldades de aprendizagem apresentada por algumas das crianças têm estreita relação com o não acompanhamento da família do desempenho escolar delas. A professora lembra que alguns pais/responsáveis sequer compareceram às reuniões bimestrais. Algumas crianças vão para a escola e voltam para casa sozinhas. A atitude da professora diante da situação apresentada é relatar tudo em ata própria, pois, em caso de problemas futuro, ela tem como explicar a ausência da família.

Nas observações da pesquisadora, destaca-se a ausência familiar. Na sala há uma criança que vai e volta da escola sozinha. Ela costuma chegar à escola, quase todos os dias, pelo menos uma hora antes do horário do início das aulas, 13 horas. Enquanto espera do lado de fora da escola, o aluno fica em companhia de pessoas estranhas à escola, além de se envolver em confusões. Diante disso, a professora tomou a decisão de relatar o fato na ata e chamar os responsáveis pela criança. Fez-

se um documento em que a escola declarou ser necessário que um responsável deve levar e buscar a criança na escola. A mãe assinou o documento e comprometeu a cumpri-lo. Também ficou decidido que todas as vezes em que esse aluno se comportar de forma inadequada, a direção entrará em contato com os pais e o aluno só sairá da escola acompanhado dos responsáveis, caso contrário, a escola acionará o conselho tutelar.

Conforme aponta Fonseca (1995) que o contexto familiar e social da criança pode ser uma das causas para o aparecimento das dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, o exemplo dessa criança mostra o quanto o abandono familiar afeta o comportamento das crianças em sala de aula e prejudica, portanto, a concentração ou dedicação às tarefas realizadas no ambiente escolar.

A criança, ao iniciar sua vida escolar, necessita que a família esteja presente nesse processo, incentivando diante dos pequenos fracassos e valorizando as conquistas. É fato que a criança inserida em um ambiente familiar tranquilo, com apoio e incentivos, tende a passar pelo período escolar inicial sem maiores dificuldades. Entretanto, a que vive em ambientes conturbados, com a presença de drogas, violências, é inteligente, porém a sua condição emocional e/ou psicológica é afetada, interferindo no seu processo de aprendizagem. Sendo assim, acreditamos que a vida familiar das crianças influencia sobremaneira as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas crianças.

3.2 O PPP e o papel da professora

Sabe-se que um dos fatores que afetam a aprendizagem das crianças é o próprio sistema de ensino adotado pela escola e pelos professores, isto é, dependendo da abordagem empregada, a criança se desenvolve plenamente ou não. Machado (2010) aponta que cabe ao professor a realização de atividades que as crianças se tornem capazes de aprofundarem seus conhecimentos.

No PPP da escola pesquisada, prevê-se que os professores sejam mediadores do conhecimento. Ao observar as aulas de Maria, percebe-se que a professora cumpre o que está proposto no PPP, pois exerce seu papel de educadora preparando atividades variadas de acordo com o nível de conhecimento das crianças; utilizando metodologias que fazem as crianças participarem da aula e interagirem umas com as

outras, por exemplo. Ela também ensina a partir do conhecimento da própria criança, sendo, então, mediadora no processo de aprendizagem. Assim, auxilia a criança a construir novos conhecimentos.

Em observações informais, enquanto ajudava a professora, a pesquisadora percebeu que as metodologias utilizadas pela professora em sala de aula contribuem para o desenvolvimento das crianças. Notou-se que a professora aplica atividades variadas de acordo com o nível de desenvolvimento das crianças, inclusive utilizando um livro comprado por professora, de onde ela destaca atividades e as distribui entre as crianças quando não há possibilidade de tirar cópias.

A professora exerce bem o seu papel de mediadora no processo de ensino aprendizagem, questionando as crianças sobre o que está sendo estudado, escuta a opinião de todos e lhes permite uma participação mais ativa.

No entanto, percebe-se que o ensino na escola observada está defasado, apesar de a professora tentar cumprir as propostas do PPP. Ela não encontra o suporte necessário para a realização das atividades por diversos motivos, incluindo falta de materiais e espaço adequado.

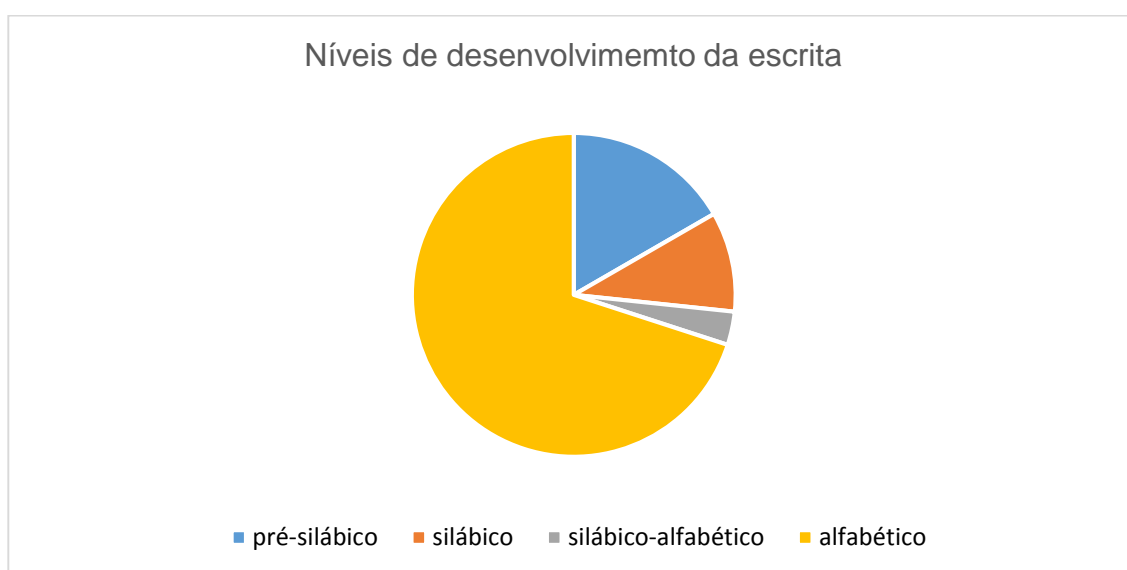
Apesar dos obstáculos impostos à sua prática, a professora faz o possível para seguir as propostas do PPP, pois realiza as atividades utilizando diferentes estratégias, textos de diversos gêneros, músicas para descontrair as crianças e tornar a aula mais prazerosa. Ao final das aulas, a professora deixa os alunos escolherem uma cantiga, então canta e dança com eles. Nesse momento, eles ficam bem descontraídos e dão risadas. É um momento muito agradável para eles, e, por alguns instantes, esquecem as dificuldades – quer sejam de aprendizagem ou da vida pessoal.

3.3 O nível de aprendizagem das crianças nas atividades

3.3.1 Atividade (A1): sem a intervenção da professora ou da pesquisadora

Na A1, identificou-se que 5 alunos estão na fase pré-silábica (17%); 3, na fase silábica (10%); 1, na fase silábico-alfabética (3%). A maioria, porém, 21, se encontra na fase alfabética (70%), conforme estabelecida na psicogênese da aprendizagem.

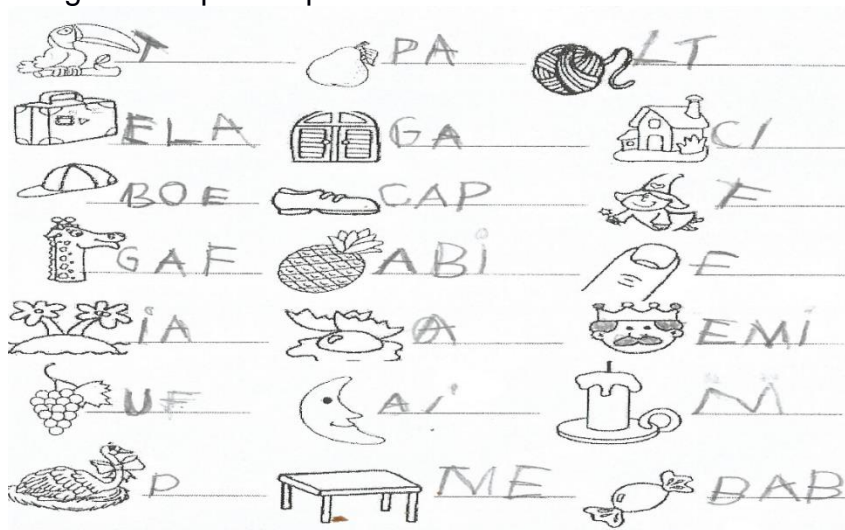
Figura 1: Níveis de desenvolvimento da escrita



Fonte: Elaborado pela autora.

A imagem 1 é representativa da hipótese pré-silábica, visto que o aluno grafava letras que conhece, mas não parece ter percebido a relação entre fala e escrita. O que pode ser visto no modo como a criança escreveu as palavras janela, sapato, lua, rei e vela, por exemplo.

Imagem 1: Hipótese pré-silábica – Aluno 1



Fonte: Atividade A1

A fase silábica pode ser vista na imagem 2, porque a criança parece perceber que fala e escrita estão relacionadas de alguma forma e tenta retratar essa correspondência escrevendo algumas sílabas das palavras ou uma quantidade de letras que representam essas sílabas. Parece haver uma alternância entre as hipóteses silábica com e sem valor sonoro. É o caso das palavras ilha, pera, janela, sapato, abacaxi e vela (com valor sonoro) e boné, linha, girafa e mesa (sem valor sonoro).

Imagem 2: Hipótese silábica – Aluno 2



Fonte: Atividade A1

Já a imagem 3 constitui uma representação da hipótese silábico-alfabética, visto que a criança grafa as sílabas sonoras com mais de uma letra, demonstrando sua percepção de que a sílaba pode ser formada por mais de um som, como se vê em “tucano”, “girafa” e “balinha”, pois a criança escreve a quantidade correta de sílabas, apesar de algumas letras não corresponderem ao som produzido.

Imagem 3: Hipótese silábico-alfabético – Aluno 3



Fonte: Atividade A1.

Na imagem 4, percebe-se que as hipóteses elaboradas pela criança coadunam com a alfabética. Ela parece ter compreendido perfeitamente a correspondência entre som e letra, uma vez que grafa a maioria das palavras corretamente. Pode-se dizer que ela adquiriu consciência fonêmica, mas ainda lhe falta internalizar a ortografia das palavras. Isso se verifica pela ausência do acento em “boné” e troca da letra “s” por “z” em “mesa”.

Imagem 4: Hipótese alfabética – Aluno 4



Fonte: Atividade A1.

Para análise da atividade A1 a pesquisadora utilizou como instrumento para verificação do nível de desenvolvimento da escrita de cada criança os estudos de Ferreiro e Ana Teberosky, onde os estudos partiram da teoria de Piaget, os níveis de desenvolvimento da escrita foi dividido em fases, a medida em que a criança avança e adquire conhecimento muda de fase.

Apesar de ter identificado que a maioria da turma já consegue fazer a relação som-letra, os resultados não foram os esperados, porque as crianças tiveram muita dificuldade para realizar essa atividade.

Outro fator preocupante é que o nível esperado para o 2º ano do ensino fundamental não foi alcançado, embora já estejam quase no final do ano letivo. De acordo com o PPP, nessa série, os alunos já deveriam ser capazes de relacionar a língua escrita e a falada em situações discursivas diversificadas. Esse não é o caso da turma pesquisada, visto que muitos dos alunos tiveram muitas dificuldades em realizar atividades muito simples de escrita de nomes de objetos. Sendo assim, acredita-se que ler e interpretar/compreender um texto escrito não seria uma atividade fácil para eles.

Isso é preocupante, pois, conforme estabelecido na BNCC, as crianças devem estar alfabetizadas até o 3º ano do ensino fundamental, no máximo. Pelo caminhar da turma, com base nas observações feitas, essas crianças chegarão ao 3º ano ainda não alfabetizadas, podendo ter dificuldades que afetarão os demais anos do ensino fundamental. É de suma importância que os três primeiros anos do ensino

fundamental sejam de qualidade e que as dificuldades possam ser percebidas e sanadas durante esse período.

3.3.2 Atividade A2: com intervenção da pesquisadora

Na A2, as crianças conseguiram realizar com mais facilidade a escrita dos nomes correspondentes a cada figura, pois foram auxiliadas pelo uso do quebra-cabeça, além de terem podido compartilhar conhecimentos com os colegas participantes do grupo. Essa atividade também foi facilitada pelo uso das fichas com letras, pois as crianças não tinham de “puxar” pela memória as letras necessárias para escrever as palavras. Além disso, as crianças contaram com o suporte da pesquisadora para orientá-los antes e durante a realização da atividade.

Faz-se necessário lembrar que a atividade é a mesma. O que mudou foi a forma empregada em sua realização.

Durante a realização da A2, ficou evidente que a interação com os colegas contribuiu para a realização da atividade e facilitou para que a maioria da turma a fizesse adequadamente. Isso confirma, mais uma vez, o que Vygotsky afirmava sobre a necessidade de interação com o outro para ampliar ou adquirir conhecimentos.

As imagens 5, 6, 7 e 8 são representativas do quanto a interação com os colegas e a mediação do professor ou, no caso, da pesquisadora, propiciam possibilidades de aprender mais facilmente.

Imagem 5: atividade do Aluno 1



Fonte: Atividade A2.

Como se percebe, o Aluno 1 consegue grafar todas as palavras corretamente, inclusive acentuando a palavra “boné”. Também acrescenta o acento diferencial na

palavra “pêra”, abolido pelo atual acordo ortográfico. Se analisada isoladamente, seria possível afirmar que esse aluno tem plena consciência fonêmica e conhece a ortografia das palavras. Desse modo, seu conhecimento estaria compatível com a hipótese ortográfica. Porém, infelizmente, quando lhe são retirados os recursos extras, ele não consegue realizar a atividade com base em seus próprios conhecimentos, conforme foi mostrado na seção anterior.

A imagem 6 mostra as realizações do Aluno 2, cuja produção inicial mostrava a hipótese silábica. Assim como o Aluno 1, esse também executa quase perfeitamente a atividade, pois não acentua a palavra “boné”, usa acento em “pera”, troca a letra “e” por “i” em “dedo” e grafa a palavra “bala” com inicial maiúscula.

Imagem 6: atividade do Aluno 2



Fonte: Atividade A2.

O Aluno 3, ao realizar a primeira atividade, apresentou hipóteses do tipo silábico-alfabético. Suas novas hipóteses mostram a importância da interação e do lúdico na elaboração de novas hipóteses sobre a escrita da língua portuguesa, conforme se apresenta na imagem 7.

Imagem 7: atividade do Aluno 3



Fonte: Atividade A2.

A atividade do Aluno 4 mostra que os recursos lúdicos e mediação da pesquisadora contribuíram para que ela notasse a grafia correta da palavra “mesa”, que havia grafado com “z” na atividade A1. Porém, não foi suficiente para que ela acentuasse a palavra “boné”, como também havia feito na atividade anterior.

Imagem 8: atividade do Aluno 4



Fonte: Atividade A2.

Ao utilizar o quebra-cabeça e as fichas com letras, a A2 baseou-se no que estabelece o PPP da escola, ou seja, é preciso que as crianças interajam entre si e as aulas devem contemplar o lúdico.

3.4 O que a professora pensa e diz

Ao questionar a professora sobre o que influencia nas dificuldades em aprender a ler e escrever apresentadas pelas crianças, ela afirma não haver um só fator responsável por essas dificuldades.

Segundo ela,

[1] A influência não é só uma em específico, existem várias dentro de contextos diferenciados.

Um desses fatores, segundo a professora, são as limitações de origem genética, psicológica e/ou emocional.

[2]. As patologias genéticas ou adquiridas nos traumas da vida, a desigualdade social.

A professora também menciona as questões pedagógicas envolvidas na constituição dessas dificuldades.

[3]. Não posso de forma alguma deixar de citar o sucateamento das escolas públicas, os espaços inadequados, os rankings pela nota no IDB, que chega até ser hilário! A má formação docente, dentre este o estágio sem realmente ser uma efetivação do aprendizado docente. O descompromisso docente que ao meu olhar chega a ser gritante!

O quadro apresentado pela professora não é muito diferente do que alguns especialistas como Pereira e Fonseca já constataram. A falta de investimentos nas escolas públicas e a má preparação dos professores pelas faculdades contribuem para o sucateamento do ensino brasileiro, levando aos baixos índices no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e em testes nacionais e internacionais. Ela também salienta a necessidade de os docentes se comprometerem com o ensino para realizar um trabalho adequado.

Outro fator que dificulta a aprendizagem adequada no ambiente escolar é a estrutura familiar – ou a falta dela. A professora também menciona isso:

[4]. Existe a pouca estruturação familiar dentro do contexto social e econômico, a agressividade na família, que gera marcas para a vida toda, trazendo consequências trágicas: abandono escolar e envolvimento na criminalidade.

A professora percebe a importância de a criança fazer parte de um ambiente familiar seguro e de amor, pois isso poderá dar a ela tranquilidade para participar ativamente das atividades no ambiente escolar e na vida social.

Questionou-se a professora sobre como ela costuma proceder ao identificar as dificuldades de leitura e escrita. Segundo ela mesma relata,

[5] cada criança tem seu tempo, suas bagagens, suas cicatrizes, muitas ainda gritam por socorro! Ao identificar, o plano de ação é elaborado, de forma universal. O trabalho é árduo, tentando ser executado para alcançar cada criança. A professora apenas cita que é elaborado o plano de ação, porém, não especifica qual.

Conforme aponta a professora, ao identificar as dificuldades, elabora-se um plano de ação que atenda às necessidades de cada criança, levando em conta que cada criança tem seu tempo de aprender. Porém, ela não detalhou tal plano e, por isso, não foi possível que tipo de ações são tomadas em favor da criança e para resolver as dificuldades por ela apresentadas. Não ficou claro, portanto, se as ações são voltadas para o campo pedagógico ou se também envolve o psicológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que vários fatores interferem na aprendizagem das crianças e, apesar dos esforços, ainda existe um elevado número de crianças não alfabetizadas por completo nas séries iniciais do ensino fundamental.

Percebeu-se que a família deve caminhar junto com a escola, incentivando a criança no seu desenvolvimento, pois, se ela não tem o apoio familiar, tende a ter seu desenvolvimento afetado em relação as que possuem acompanhamento diário dos pais ou responsáveis, incentivo ou auxílio para a realização das atividades de casa. Essa aproximação familiar com a criança se faz necessária porque ela está em processo de desenvolvimento e, para ela, a leitura e a escrita são algo novo e desafiador que necessita de mediação. Por isso, a família é de extrema importância para o desenvolvimento pleno da criança, dentro e fora da escola. As ações e atitudes dos pais e/ou responsáveis refletem na maneira como a criança se desenvolve em sala de aula.

Considerou-se que as práticas pedagógicas utilizadas pela professora são relevantes e buscam cumprir o que estabelece o PPP. As aulas são planejadas e

empregam estratégias lúdicas e variadas, a fim de atender as necessidades de cada criança e fazer com que todas elas se sintam inseridas no processo de ensino-aprendizagem. Valorizam-se os conhecimentos prévios de cada criança, objetivando a construção de novos conhecimentos. Porém, apesar de toda a sua dedicação e trabalho, alguns obstáculos se apresentam e não se obtém o sucesso esperado, ou seja, fazer com que os alunos alcancem o nível de conhecimento adequado à série em que estão. O insucesso acontece, principalmente, devido à falta de materiais, espaço inadequado, apoio à prática pedagógica por parte da família e da própria escola, além do desinteresse demonstrado por vários alunos.

Ao aplicar as atividades, percebeu-se que as crianças tiveram dificuldades para realizar sozinhas a primeira delas, tendo por base apenas os conhecimentos já adquiridos até o momento do início da coleta de dados. Isso mostra que elas ainda não estão completamente seguras do que sabem e ainda dependem muito do professor para ajudá-las a compreender o que deve ser feito. Na atividade 2, a mediação da pesquisadora e o uso de material lúdico contribuíram para que eles não tivessem dificuldades. Isso mostrou a importância da mediação do conhecimento e da necessidade de usar material concreto nessa fase de aprendizagem.

A professora participante apontou os mesmos fatores apontados por especialistas como causa das dificuldades de aprendizagem dos alunos da turma. Ela também ressaltou que procura identificar as dificuldades e agir rapidamente para saná-las a partir de um plano de ação, sem especificar que plano é esse.

É importante destacar também a percepção que a professora demonstrou sobre alfabetizar e letrar. Para ela, a alfabetização deve vir primeiro e, somente depois de alfabetizadas, as crianças poderiam participar de práticas de letramento. Isso vai de encontro às ideias propagadas em estudos atuais sobre o processo de ensino de aprendizagem de escrita da língua portuguesa. Segundo eles, alfabetização e letramento são faces de uma mesma moeda e um não prescinde do outro.

De modo geral, o que ficou evidente foi a necessidade de o educador conhecer bem seus alunos, identificar desde o início suas habilidades, suas dificuldades, para assim elaborar práticas pedagógicas que atendam a necessidade individual de cada um, fazendo com que todos sejam inseridos no processo de ensino-aprendizagem e as dificuldades possam ser sanadas desde no início para se evitar complicações futuras no desenvolvimento escolar da criança.

Quanto aos resultados para a pesquisadora, considera-se que os estudos realizados nesta pesquisa foram enriquecedores para a sua formação enquanto futura profissional atuante do processo de ensino-aprendizagem. Conhecimentos a respeito das dificuldades de aprendizagem foram aprimorados e proporcionaram compreensão dos fatores responsáveis pelo seu surgimento durante o processo de alfabetização das crianças. Ficou bastante evidente que há dificuldades e é preciso conhecê-las e aos alunos, bem como diversas abordagens para enfrentá-las e resolvê-las o quanto antes, para não se correr o risco de que elas se prejudiquem o processo de aprendizagem no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

_____. **Base nacional comum curricular: Língua Portuguesa**. Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEB, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: set. 2018.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In:BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbolico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita pelas crianças na alfabetização. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2010. p. 35-49.

CÔRREA, Hércules Toledo; MACHADO, Maria Zélia Versiani. Literatura no ensino fundamental: uma formação para o estético. In: ROJO, R.; RANGEL, E. (Coord.). **Língua Portuguesa: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 200 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 19). p. 107-128.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Uma Reflexão Sobre a Língua Oral e Aprendizagem da Língua Escrita. **Pátio: Revista Pedagógica**, Ano VII, nº 29, 2004.

_____; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GUERRA, Leni Boni. **A criança com dificuldade de aprendizagem: considerações sobre a teoria e modos de fazer**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

PEREIRA, CASTRO, D. O ato de aprender e o sujeito que aprende. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo-SP, v. 18, n. 16, p. 112-128, 2010.

PROJETO Político Pedagógico. Escola Municipal João Cândido da Silva – Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, 2018. Diretora: Gilvânia Santos.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramento: sedimentação de práticas e (des) articulação de objetos de ensino. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 569-596, jul. /dez. 2006.

_____. Alfabetização e letramento múltiplos: como alfabetizar letrando? In: ROJO, R.; RANGEL, E. **Língua Portuguesa: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, (Coleção Explorando o Ensino), p. 15-36, 2010.

SILVA, V. S. de. Letramento e ensino de gêneros. **Educ. foco**, Juiz de Fora, MG, v.16, n. 1, p.19-40, mar/ago. 2011.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento: Caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.”

_____. Entrevista com Magda Soares. **Letra A: O jornal do Alfabetizador**, Belo Horizonte ano 1, n. 1, abr./maio 2005.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.